

CENTRO DE PREP. DE OFICIAIS DA RESERVA DE BH

Estudo Técnico Preliminar 4/2026**1. Informações Básicas**

Número do processo: 64213.002367/2026-92

2. Descrição da necessidade

2.1. A aquisição dos itens de material de limpeza e higiene é necessária para a manutenção das rotinas operacionais desenvolvidas pelo Centro de Preparação de Oficiais da Reserva e Colégio Militar de Belo Horizonte (CPOR/CM-BH), auxiliando no desenvolvimento dos trabalhos e dando suporte às atividades realizadas, além de serem imprescindíveis para o bom funcionamento de todos os setores.

2.2. Esses itens são essenciais para manter o ambiente de trabalho limpo e garantir a higiene pessoal e das instalações nos diversos setores, onde os militares, professores e alunos exercem suas atividades.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Setor de almoxarifado	JEANFRANCO DA SILVA CARDOSO - 2º Ten

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. Como forma de orientar este procedimento de aquisição, é importante salientar que os produtos de limpeza e higiene são utilizados para a remoção de sujidades, mediante a aplicação de agentes químicos, mecânicos ou térmicos. A fabricação desses produtos segue determinadas normas, possibilitando verificar a qualidade técnica e eficácia de cada um, com leis que normatizam os parâmetros de limpeza e higiene para as empresas dos mais variados segmentos desses produtos.

4.2. Os produtos ofertados devem ser acondicionados em volumes/recipientes lacrados, não resultado de processo de recondicionamento ou remanufatura, embalados individualmente, ter a identificação do fabricante e data de validade em sua embalagem. Será exigida validade mínima de 12 (doze) meses, contados a partir da data de entrega nesta Organização Militar, contra defeitos de fabricação.

4.3. Os documentos para identificar os produtos de limpeza e higiene contratados são:

4.3.1 Ficha Técnica – deverá constar no rótulo do produto todas as informações referentes à composição, número de registro, número do lote, apresentação e descrição do produto, dados técnicos, data da fabricação, validade, modo de usar e precauções.

4.3.2. FISPQ – Ficha de Informações de Segurança de Produtos Químicos.

5. Critérios de Sustentabilidade

5.1. Para o fornecimento dos materiais, objeto desta contratação, a contratada deverá observar e seguir os critérios constantes no Plano de Logística Sustentável deste órgão. Esse documento além de informar as boas práticas ambientais, também delinea ações, indicadores e metas, conforme diretrizes da Resolução nº 400/2021-CNJ, voltada para o aperfeiçoamento contínuo da qualidade do gasto público, para o uso sustentável de recursos naturais e bens públicos e para a promoção da qualidade de vida no trabalho.

5.2. O Plano de Logística Sustentável deste órgão declara a responsabilidade social e ambiental como valor institucional, comprometendo-se com o empenho na melhoria de práticas sociais e ambientais responsáveis, procurando sempre atender às necessidades imediatas da sociedade, bem como adotar rigorosa atenção nas tomadas de decisões considerando as possíveis implicações sociais e ambientais futuras.

5.3. Registre-se, por oportuno, que por ausência de definição de responsabilidade do descarte dos materiais fornecidos por esta Organização Militar, deixamos de mensurar a competência do descarte do material utilizado.

6. Levantamento de Mercado

6.1. Contratações Similares em Outras Instituições:

6.1.1. Após pesquisa, identificou-se que a aquisição de materiais de limpeza e higiene é a solução adotada pela maioria dos órgãos da Administração Pública, a exemplo de:

ÓRGÃO	CONTRATO	OBJETO
Governo do Estado da Paraíba	0025/2022	Material de higiene e limpeza
Governo do Estado de São Paulo	007/2021	Material de higiene e limpeza
TCE/RN	0017/0021	Material de higiene e limpeza
TJ/PE	0024/2021	Material de higiene e limpeza

6.2. Foi realizado levantamento de mercado considerando diferentes fontes, como contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendam às necessidades da Administração, bem como pesquisas em sites oficiais e mercado local e regional.

6.3. Considerando que o fornecimento destes materiais, possuem diversas opções na cidade de Belo Horizonte e Região, não foram percebidas restrições que inviabilizem a competitividade, uma vez que todas as descrições, critérios de aceitação das propostas e de entrega do material, são compatíveis com a realidade do mercado.

6.4. Em atendimento ao preconizado no art. 10 do decreto 11.462/2023, foi realizado levantamento da viabilidade em participar de Intenção de Registro de Preços em andamento e foi observado que seria inoportuno, inconveniente e intempestivo, devido ao grande número de itens que compõe este processo administrativo.

7. Descrição da solução como um todo

7.1. Nas Organizações Militares do Exército Brasileiro, as compras para reabastecimento do almoxarifado são rotineira e os itens variam pouco de um ano para outro. Isso favorece a utilização do recurso do sistema de registro de preços uma vez que nesse sistema a licitação é para registrar o preço e o produto será adquirido quando houver necessidade.

7.2. Os materiais objeto desta contratação são bens comuns, considerando que os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

7.3. A relação de itens, com a indicação de seus quantitativos, especificações mínimas, valores estimados, unitários e total, constam da planilha de necessidades desta Organização Militar que segue em anexo a este processo.

7.4. As possíveis indicações de marcas de referência tem por objetivo tornar mais clara a descrição dos objetos da contratação, bem como facilitar a compreensão por parte das empresas concorrentes de qual a qualidade de produto que a administração pretende adquirir. Caso tenha alguma divergência entre a descrição do CATMAT e a descrição da planilha de necessidade, prevalecerá a descrição da planilha de necessidades.

7.5. A solução será a realização de licitação, para registro de preços, na modalidade pregão eletrônico, para aquisição dos itens constantes da planilha de necessidades. Ressaltamos ainda que a adoção do Sistema de Registro de Preço justifica-se nas hipóteses previstas nos incisos I e V do artigo 3º do Decreto nº 11.462/2023, pois os bens serão adquiridos ao longo do ano, de forma parcelada e de acordo com a demanda necessária, a qual, por depender da disponibilidade orçamentária, podem sofrer modificações quantitativas ao longo do ano, de maneira que não é possível definir previamente o quantitativo exato a ser adquirido.

8. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

8.1. Salientamos que para definir o quantitativo a ser contratado, foi observada a demanda de consumo médio nos anos pretéritos, com relatório extraído do Sistema de Controle Físico do Exército Brasileiro (SISCOFIS) e considerando a reserva de contingência e reserva técnica. Com base nestes dados, foi elaborado o quadro detalhado dos quantitativos a serem contratados anexo ao processo.

9. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 3.105.849,60

9.1. O valor máximo de referência de cada item foi apurado a partir de pesquisas de preços conforme preceitua a Instrução Normativa nº 65-SEGES/ME, de 7 de julho de 2021.

10. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

10.1. Considerando a aquisição de quantitativos parcelados durante o período de vigência da Ata de Registro de Preços, a otimização dos processos de compras, maior flexibilidade em contratações, eliminação de casos de fracionamento de despesas, aquisição do produto no quantitativo exato e necessário para atender às necessidades da administração, reduzindo o desperdício de materiais em estoques desnecessários, atendendo às necessidades da administração na quantidade certa e no momento exato, além de permitir maior agilidade nas contratações optamos pela contratação através do sistema de registro de preços, na modalidade de Pregão Eletrônico, tipo menor preço por item, sendo portanto, essa a opção mais vantajosa para o Centro de Preparação de Oficiais da Reserva e Colégio Militar de Belo Horizonte.

10.2. Não serão adquiridos artigos em lotes, uma vez que, a regra a ser observada pela Administração nas licitações é o parcelamento do objeto, da disputa por itens específicos, e não por lotes. Dessa forma, em consonância com o princípio da eficiência, a presente licitação será em itens.

10.3. As contratações serão efetuadas por meio de empenho tipo “ordinário”, que será para entrega imediata e integral. A Nota de Empenho será emitida e entregue ao fornecedor dentro da vigência da ata de registro de preços. Será fixada na planilha de necessidades, quantitativos mínimos a serem respeitados para cada item, a fim de preservar a economia de escala.

11. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

11. Não existem contratações correlatas e/ou interdependentes para a viabilidade da demanda.

12. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

12.1. As contratações governamentais produzem significativo impacto na atividade econômica, tendo em vista o volume de recursos envolvidos, os quais, em grande parte, são instrumentos de realização de políticas públicas. Neste sentido, um planejamento bem elaborado propicia contratações potencialmente mais eficientes, posto que a realização de estudos previamente delineados conduz ao conhecimento de novas modelagens/metodologias ofertadas pelo mercado, resultando na melhor qualidade do gasto e em uma gestão eficiente dos recursos públicos. Neste contexto, o presente documento apresenta os estudos técnicos preliminares que visam assegurar a viabilidade (técnica e econômica) da contratação pretendida e o levantamento dos elementos essenciais que servirão para compor o Termo de Referência.

12.2. A demanda está de acordo com o Plano de Contratações Anual – PCA, registrado no Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações, conforme análise do Documento de Formalização da Demanda – DFD.

13. Requisitos para Inclusão no TR

13.1. Da Exigência de Garantia Contratual

13.2.1. Não será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. Da Qualificação Técnica

13.3.1. Não será exigido dos participantes do procedimento licitatório requisitos de qualificação técnica.

13.3. Do tratamento diferenciado para ME/EPP

13.4.1. Nos termos do art. 48, III da Lei Complementar n. 123, de 2006 (atualizada pela LC n. 147/2014), deverá ser estabelecido no certame para aquisição de bens de natureza divisível, cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte.

13.4. Do Registro de Preços

13.4.1. Os procedimentos relativos ao certame licitatório desta contratação serão realizados mediante o regime jurídico da Lei nº 14.133/2021 e outros normativos necessários ao fiel cumprimento dos procedimentos inerentes à contratação pública.

13.4.2. O Centro de Preparação de Oficiais da Reserva e Colégio Militar de Belo Horizonte, será a unidade responsável pela licitação desta contratação, a ser processado pelo SRP e, também, por gerenciar os atos de controle e administração decorrentes, inclusive ARP, ou seja, a contratação deverá ser processada através do SRP, em que o CPOR/CM-BH executará os procedimentos necessários até a assinatura de ata de registro de preços, bem como será a unidade administrativa responsável pelo seu gerenciamento. Para esta contratação, julgou-se pertinente adotar o SRP em razão do previsto no inciso III, art. 3º, "quando for conveniente para atendimento a mais de um órgão ou a mais de uma entidade, inclusive nas compras centralizadas".

13.4.3. Em consonância com o previsto na Lei nº 14.133/2021, o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de um ano, podendo ser prorrogado por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

13.5. Do reajuste

13.5.1. Os preços inicialmente contratados serão fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela contratante, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

13.5.2. A escolha pelo IPCA-IBGE se deu por se tratar do índice oficial de inflação do Brasil, adotado pelo Governo Federal, se tratando de referência para as metas de inflação e para as alterações na taxa de juros.

14. Benefícios a serem alcançados com a contratação

14.1. Atender as unidades administrativas e judiciárias, quanto as necessidades de uso, garantindo que não falem itens para a limpeza dos ambientes onde são realizadas as atividades cotidianas;

14.2. Manter os ambientes limpos, garantindo à produtividade e a manutenção dos espaços;

14.3. Fazer o ressuprimento de estoque em tempo hábil;

14.4. Permitir o controle de estoque para atendimento racional das demandas;

14.5. Promover a utilização correta dos produtos, com maior rendimento na utilização, reduzindo custos desnecessários.

15. Providências a serem Adotadas

15.1. O objeto da presente contratação não apresenta peculiaridades que justifiquem a necessidade de capacitação constante dos servidores para manusear os materiais contratados e não há risco de a contratação falhar em relação às adequações do ambiente da organização, pois tais adequações não são necessárias.

15.2. Não serão necessárias quaisquer adequações, quer sejam logísticas, infraestrutura, pessoal, procedimental ou regimental.

16. Possíveis Impactos Ambientais

16.1. O uso inconsciente dos produtos de limpeza e higienização podem provocar os seguintes impactos ambientais:

- a. Poluição da água: Eles entram nos oceanos, rios e lagos e os fosfatos nos detergentes desencadeiam um crescimento generalizado de algas que afeta a quantidade de oxigênio na água e é tóxico para a vida selvagem;
- b. Animais selvagens: Uma quantidade extrema de produtos químicos de limpeza na água pode causar vegetação excessiva que bloqueia os cursos de água e leva a uma superlotação da vida marinha. Essas plantas crescem e morrem em um ritmo rápido, o que tem um efeito cascata negativo sobre o resto do ecossistema aquático;
- c. Contaminação do Ar: Quando os produtos químicos tóxicos estão sendo liberados no meio ambiente criam poluição e a contaminação do ar.

16.2. Soluções para reduzir o impacto dos produtos de limpeza e higienização no meio ambiente:

- a. Incentivar o uso de vassouras, aspiradores e panos, para diminuir o uso do produto de limpeza;
- b. Orientar o uso daqueles que possuem cloro, solventes e formaldeído em sua composição;
- c. Não comprar produtos clandestinos;
- d. Não descartar pedaços de sabonete ou sabão;
- e. Orientar os usuários sobre a importância da consciência ambiental.

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

SUELI NASCIMENTO OLIVEIRA GONCALVES DA SILVA

Membro da equipe de planejamento

THIAGO REZENDE EVANGELISTA GROSSI

Membro da equipe de planejamento

JEANFRANCO DA SILVA CARDOSO

Membro da equipe de planejamento

18. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

18.1. Justificativa da Viabilidade

A equipe de planejamento da contratação declara viável a presente contratação.